

in SANGUINHO, A. & NICO. B. & (2008). "Programa Escola Segura: contributo para a avaliação dos impactos no concelho de Portalegre". in Bravo Nico *et al* (Orgs). *Aprender no Alentejo – IV Encontro Regional de Educação*. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

## PROGRAMA "ESCOLA SEGURA": CONTRIBUTO PARA A AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS NO CONCELHO DE PORTALEGRE

Ana Rute Sanguinho<sup>1</sup> & Bravo Nico<sup>2</sup>

### Introdução

A presente comunicação decorre do desenvolvimento de uma dissertação de mestrado em Administração Escolar, realizada na Universidade de Évora. A investigação em causa incide sobre o tema Programa "Escola Segura" (PES), mais especificamente sobre a avaliação/caracterização dos impactos do Programa "Escola Segura" no concelho de Portalegre.

Considera-se relevante a opção da temática, na medida em que, e como sublinha SILVA (2000: 44), "*a promoção da segurança nas escolas constitui uma responsabilidade de todos. Um ambiente seguro é um requisito básico de funcionamento da comunidade escolar e representa um direito elementar de cada aluno, funcionário e professor.*" Educação e segurança são dois aspectos fulcrais da nossa sociedade, que se quer cada vez mais civilizada e evoluída.

Tendo em conta estes conceitos, e ao verificar-se que nos finais dos anos oitenta, os actos de vandalismo eram crescentes junto da comunidade escolar, interferindo no sucesso do processo educativo, foram criadas e adoptadas algumas medidas, nomeadamente, o Programa "Escola Segura". Passada uma década, relativamente à origem e desenvolvimento deste projecto (reafirmado a 8 de Outubro de 1996), é tempo de reflectir sobre a sua acção/resultados.

Este trabalho de investigação tinha, fundamentalmente, cinco grandes objectivos:

1. conhecer o PES;
2. caracterizar o PES no concelho de Portalegre;
3. caracterizar a parceria no território entre a Escola e o PES;
4. verificar qual a articulação entre a Escola e o PES;
5. identificar as relações existentes entre agentes do PES, professores e alunos.

<sup>1</sup> Curso de Mestrado em Educação da Universidade de Évora.

<sup>2</sup> Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

O universo estudado foi constituído por um conjunto de duas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (uma de meio rural e outra de meio urbano), pertencentes ao concelho de Portalegre, mais propriamente ao Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância n.º 1. Os dados foram recolhidos por meio da aplicação, a três professores a leccionar numa escola de meio rural, a quatro professores a leccionar numa escola de meio urbano e dois agentes do PES<sup>3</sup>, de entrevistas semi-directivas<sup>4</sup> e de quarenta textos construídos pelos alunos sobre o PES (quinze textos de alunos que frequentam uma escola de meio rural e vinte e cinco textos de alunos que frequentam uma escola de meio urbano).

A recolha de informação, nomeadamente a obtida por meio de entrevistas semi-directivas, de forma a permitir um tratamento/análise mais claro e objectivo, foi trabalhada através de grelhas de análise, por categorias. Esta análise de conteúdo foi feita de acordo com os procedimentos indicados por BARDIN (1977).

Assim sendo, pretendeu-se apresentar os resultados do referido estudo, de acordo com o cruzamento de informação recolhida (devidamente analisada e interpretada) de três grupos distintos, alunos, professores e agentes do Programa "Escola Segura".

## 1. Programa "Escola Segura"

A partir de meados da década de 80 do séc. XX, a questão da segurança nas escolas começa lentamente a transformar-se numa questão que merece a atenção das autoridades educativas. De facto, após um crescendo de actos violentos (assaltos, agressões, destruição de propriedade,...) e da pressão resultante das reclamações das escolas, associações de pais e sindicatos, o poder político toma as primeiras medidas tendentes a minimizar o problema em causa. São momentos centrais deste processo a criação do Gabinete de Segurança do Ministério da Educação, em 1984, bem como a colaboração, apesar de não sistemática, para garantir segurança às escolas, durante os anos 80, entre o Ministério da Educação (ME) e o Ministério da Administração Interna (MAI), seguido pela assinatura de um protocolo, em 1992, que estruturou a cooperação, reafirmado a 8 de Outubro 1996 sob a designação do *Programa "Escola Segura"*.

Os objectivos do protocolo acima referido consistiam na promoção de condições de segurança nas escolas, para que a liberdade de aprender e ensinar pudesse ser efectivamente possível.

Segundo Sebastião<sup>5</sup> (2004: 30) os promotores do Programa "Escola Segura" consideravam que a violência escolar era provocada por jovens marginais provenientes de bairros problemáticos da vizinhança dos estabelecimentos escolares, sendo necessário evitar o que consideravam como verdadeiras agressões às comunidades escolares. Inicialmente os responsáveis pelo Programa entendiam que a metodologia adoptada para lidar com a situação seria centrar a sua atenção em sensibilizar escolas, famílias e comunidades para este problema. Simultaneamente com estas medidas, foram definidas três linhas de intervenção:

<sup>3</sup> Um agente da Guarda Nacional Republicana - GNR, responsável pelo desenvolvimento do PES no meio rural e um agente da Polícia de Segurança Pública - PSP, responsável pelo desenvolvimento do PES no meio urbano.

<sup>4</sup> Elaboradas de acordo com os procedimentos indicados em ESTRELA (1990).

<sup>5</sup> Investigador da Escola Superior de Educação de Santarém e co-autor do estudo "*Escola e Violência - Conceitos, políticas, quotidianos*".

- 1) A presença regular de polícias no exterior da escola;
- 2) A criação de um corpo de guardas escolares dependente directamente do Gabinete de Segurança do Ministério da Educação;
- 3) O treino dos funcionários das escolas para lidar com ameaças vindas do exterior.

Até meados da década de 90 do séc. XX, o Programa “Escola Segura” constituiu a única política para lidar com as situações de violência, acabando por se basear essencialmente numa perspectiva preventiva de base policial. A sua implementação ficou a cargo do Gabinete de Segurança do Ministério da Educação, em cooperação com o Ministério da Administração Interna (Forças Policiais e Governadores Cívicos dos Distritos).

Assim sendo, entende-se por Programa “Escola Segura” o resultado do protocolo entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Educação, o qual procurou aproveitar a filosofia e a dinâmica do protocolo inicial e torná-lo mais abrangente, envolvendo outros sectores do Estado e da Sociedade, **constituindo a Escola no seu todo, o núcleo e o motor do Programa.**

Pode-se, então, inferir que, inicialmente, o Programa “Escola Segura” era um Programa de vigilância policial, excluindo qualquer dimensão pedagógica, transformando-se, posteriormente, num Programa de educação cívica e comunitária.

Com o intuito de se tornar, o Programa em questão, mais visível e com o fim de se criar um efeito psicológico na opinião pública, e uma maior operacionalidade, foram entregues à PSP e à GNR viaturas identificadas com o logótipo do Programa, destinadas a circular em junto às escolas com os piquetes de segurança, possuindo um efeito essencialmente dissuasor. Em casos extremos, por solicitação dos órgãos de gestão, as suas tripulações podem intervir no interior dos estabelecimentos, sendo que, às equipas, tem sido dada formação específica para desempenharem as suas missões. O Programa em causa “(...) *não está especificamente vocacionado para a violência, mas sim para a prevenção das causas que podem conduzir à mesma.* [Pretendendo, antes de mais,] (...) *contribuir para criar um clima de harmonia e tranquilidade na escola e na área envolvente.* (...) *Nesta perspectiva, um dos grandes objectivos do programa é criar uma cultura de segurança em toda a comunidade educativa, particularmente nos alunos, insistindo nas vertentes da prevenção, da orientação e do aconselhamento.* (BARROS, 2001: 39)

Foi criado um **Grupo Coordenador do Programa**, de carácter colegial, que planeia acções de sensibilização/formação, intervenções, analisa a situação e faz a recolha de dados. “*Ao órgão coordenador compete operacionalizar, a nível nacional ou local, as medidas que as tutelas decidam adoptar*”. (Despacho conjunto n.º 105-A/2005<sup>6</sup>) Este é constituído por dois elementos: um representante do MAI e um representante do ME.

Por sua vez, o **Conselho Consultivo**, que “(...) *é um órgão de consulta sobre os objectivos e as grandes linhas programáticas e estratégicas do Programa, competindo-lhe pronunciar-se sobre todas as questões que, a este respeito, lhe sejam submetidas* (...) *poderá propor ao órgão coordenador medidas que visem concretizar os objectivos do Programa.*” (Despacho conjunto n.º 105-A/2005).

<sup>6</sup> Despacho que regulamenta o Programa “Escola Segura”.

O Conselho Consultivo tem a seguinte composição:

- Um representante do MAI;
- Dois representantes do ME;
- Um representante do Instituto Português da Juventude (IPJ);
- O responsável da GNR pelo Programa;
- O responsável da PSP pelo Programa;
- Um representante da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP);
- Um representante da Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP);
- Um representante do Instituto de Droga e da Toxicoddependência (IDT);
- Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

O Programa é de âmbito nacional, abrange todos os estabelecimentos de ensino que operam nas redes pública, privada e cooperativa, com excepção das instituições universitárias e "(...) constitui um modelo de actuação pró-activo, centrado nas escolas, que visa prevenir, evitar e reduzir a violência e insegurança no meio escolar e envolvente, com a participação de toda a comunidade", (Despacho conjunto n.º105-A/2005) privilegiando as escolas que são mais afectadas pelo problema da violência. Os níveis de segurança destas, de acordo com Sebastião (2004: 31), organizam-se conforme o tipo e extensão dos problemas detectados, do seguinte modo:

- Escolas com problemas no interior e exterior;
- Escolas com problemas só no interior;
- Escolas em observação inicial;
- Todas as outras escolas.

Segundo o autor atrás referido, a selecção e recrutamento dos **agentes de segurança** é feita essencialmente entre agentes que se encontram no activo, podendo também ser feita entre ex-agentes da PSP e da GNR que se encontram na situação de reforma. A sua selecção realiza-se através de análise curricular, de informações sobre o seu desempenho e das avaliações regularmente fornecidas pelos órgãos de gestão das escolas acerca da sua actuação, integração e sensibilidade para as funções. Ao serem destacados para o Programa "Escola Segura", é-lhes fornecida formação sobre os objectivos prioritários de actuação, estratégias de intervenção e procedimentos em situações de risco. Sendo que a formação sobre princípios e regras de segurança foi também já disponibilizada aos auxiliares de acção educativa em algumas regiões do país e a algumas associações de pais e de estudantes.

O objectivo principal da actuação dos agentes consiste na prevenção das situações de violência e delinquência dentro dos espaços escolares. Para isso, a recolha de informações sobre potenciais situações de risco, o estabelecimento de boas relações com a comunidade

educativa, em particular com os alunos, as famílias e a restante comunidade exterior à escola, constitui um elemento fundamental. Logo, cada agente deve possuir uma visão clara tanto das situações de risco existentes na escola, como no seu contexto exterior, a qual é prioritariamente transmitida ao Conselho Executivo da respectiva escola. Neste contexto, os agentes destacados para as escolas actuam como "(...) mediadores de conflitos e veículos de transmissão de regras, tendo sempre o cuidado de explicar a razão de ser dessas mesmas regras. Mas também que sejam capazes de transmitir afectos e de personalizar o contacto com os alunos, fazendo por conhecer o seu nome e um pouco da sua história familiar." (Barros, 2001: 39)

Importa salientar que a actuação dos agentes não se confunde com a actuação disciplinar própria da escola. Esta intervenção apenas é possível a pedido expresso do Conselho Executivo. Os agentes apenas intervêm quando se deparam com situações inesperadas de violência entre alunos, destruição de bens/vandalismo, assaltos, utilização de armas, ataques de carácter sexual. O essencial da sua actividade é procurar prevenir o aparecimento de situações desse tipo, procurando identificar e dialogar com os eventuais líderes de grupos, ou ganhando a sua confiança ou afastando elementos exteriores às escolas considerados perturbadores. De sublinhar que, em qualquer dos casos, a sua actuação deve ser sempre discutida com o Conselho Executivo da escola.

Os agentes dependentes do Gabinete de Segurança do Ministério da Educação coordenam também a sua actividade com as forças de segurança da área (PSP ou GNR) e os guardas-nocturnos, não se substituindo a estes, pois não possuem o mesmo estatuto legal.

Para a concretização dos objectivos do Programa "Escola Segura", assumem-se as seguintes metas:

- Criação de uma cultura de segurança na comunidade educativa;
- Garantia de condições específicas de segurança nas escolas e seus acessos;
- Envolvimento de toda a comunidade educativa, incluindo pais e alunos;
- Intervenção de outros sectores do Estado, nomeadamente:
  - i. O Ministério da Saúde;
  - ii. O Ministério da Segurança Social e do Trabalho;
  - iii. O Ministério da Cultura;
  - iv. Secretaria de Estado da Juventude e Desporto;
  - v. O poder local e a própria sociedade civil.
- Centralizar o dinamismo da intervenção, na Escola, garantindo-lhe apoios, mas atribuindo-lhe, como estrutura nuclear do Programa, a responsabilidade primeira, pela criação e manutenção de um ambiente favorável à formação humanística, cultural e técnica das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

Por seu turno, para a consecução destas metas, foram postas em prática as seguintes medidas:

- Aumento do dispositivo das forças de segurança destinadas ao policiamento exterior das escolas e intensificação da intervenção no seu interior, salientando-se:
  - i. A afectação ao patrulhamento da área envolvente das escolas de dez por cento dos novos efectivos admitidos na PSP e na GNR;
  - ii. O aumento da capacidade operacional dessas forças, através de viaturas caracterizadas com a designação "Escola Segura", cedidas pelos Governos Cívicos, autarquias e entidades privadas, dotadas de telemóveis cujos números são do conhecimento dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino;
  - iii. A colocação pelo Ministério da Educação, em escolas mais problemáticas, de pessoal especializado pertencente ao respectivo Gabinete de Segurança, de forma a controlar e minimizar as situações;
  - iv. A promoção e apoio à realização de acções de formação e sensibilização para as comunidades educativas, incluindo os pais;
  - v. A melhoria das defesas passivas e electrónicas das escolas, através das Direcções Regionais de Educação.
  - vi. "*A Escola Segura somos todos nós*" (Coronel Jorge Parracho<sup>7</sup> cit. por BARROS, 2001: 39), sendo que esta (a Escola Segura) procura intervir a nível social, cultural e lúdico, nomeadamente, com os seguintes propósitos:

- Criação de um ambiente na escola, **que favoreça a aprendizagem;**
- Implementação de condições para a ocupação saudável dos tempos livres dos alunos;
- **Desenvolvimento de projectos sócio-educativos**, para apoio dos alunos mais carenciados e às suas famílias;
- **Interiorizar nos alunos valores democráticos, práticas de cidadania e hábitos de civismo;**
- **Investir, a nível local, em parcerias que integrem a família, a Escola e a Comunidade.**

O Programa em causa deverá ser assegurado/financiado pelos MAI e ME, sendo que as actividades desenvolvidas, que visem a concretização dos objectivos do Programa "Escola Segura", poderão ser promovidos mediante o recurso a outras formas de financiamento legal, o patrocínio – por exemplo.

---

<sup>7</sup> Responsável pelo Gabinete de Segurança do Ministério de Educação.

## 2. Resultados da investigação

### O que é o PES?

#### Para os professores:

*"(...) foi delineado para proteger as crianças, para zelar pela segurança delas, e não só na escola, mas no caminho que fazem todos os dias, de casa para a escola e também na sua própria casa."* (PU6.2)

*"Julgo que o Programa "Escola Segura" para além de ter como objectivo a segurança da escola e das crianças e de todas as pessoas que nela trabalham, também deve prevenir (...) situações negativas que acabem por prejudicar a comunidade educativa."* (PU7.1)

#### Para os alunos:

*"A Escola Segura é um projecto em que há polícias que ajudam as crianças a atravessar a estrada e a ver se não há perigo na escola."* (ALU9.1)

*"(...) a escola segura são guardas que têm como principal papel a vigilância das escolas."* (ALR30.1)

#### Para os agentes:

*"O Programa Escola Segura (...) é uma forma de sensibilizar crianças e pais de crianças (...) para que não vejam na polícia um papão como viam antigamente (...)."* (AU.1)

*"(...) é evitar e reduzir (...) todas as situações problemáticas (...) no meio escolar e no seu envolvente (...)."* (AR.1)

*"(...) promover a cultura de segurança junto dos alunos e de toda a população escolar, professores, auxiliares, etc."* (AR.2)

Perante os resultados emergentes da investigação, é de realçar que os dois agentes responsáveis pelo desenvolvimento do PES, da GNR, no meio rural e da PSP, no meio urbano, foram convidados para este serviço, de acordo com o "feitio", as características, o perfil e a sensibilidade para estar com crianças. Não obstante participarem em acções de formação, aprendem de forma contínua, no terreno, a partir das experiências e vivências do seu dia-a-dia - *"(...) durante os anos é que nós vamos criando o que necessitamos, a sensibilidade que ainda nos falta (...)"* (AU.21)

Assim, quanto à comparação entre os meios urbano e rural, tendo em conta todo o estudo de campo, bem como a análise e interpretação de dados, podem-se tirar as seguintes elações:

1. No **meio urbano** há um acompanhamento diário do agente do Programa "Escola Segura", agente da PSP, o qual intervém ao longo do ano quer em sessões de sensibilização na sala de aula, que incidem essencialmente nas áreas de Estudo do Meio e de Educação

para a Cidadania, quer em projectos que envolvam toda a escola, desde desfiles fora do estabelecimento escolar, à realização de festas dentro do mesmo:

*"(...) todas as saídas que nós temos e nos nossos pequenos projectos e grandes projectos eles estão presentes."* (PU4.4);

*"(...) está lá sempre um dos três polícias."* (ALU16.1);

*"Sempre que chego à minha escola está sempre um polícia no portão (...) a cumprimentar os alunos ou na estrada, a comandar o trânsito, para os alunos passarem (...) com segurança."* (ALU15.2).

Como tal, existe uma boa relação entre todos os elementos da comunidade educativa - *"(...) há uma grande ligação entre eles, nós e a família."* (PU5.26) -, sendo de referir que o agente já desenvolve este trabalho há cerca de vinte anos e que também já conhece há algum tempo as professoras da EB1 Ferreira e Rainho, com quem tem trabalhado sempre em parceria.

Relativamente aos resultados da sua acção, estes têm sido bastante positivos, mais concretamente quanto à segurança rodoviária dos alunos, já que, a localização do estabelecimento de ensino tem a entrada principal direccionada para uma estrada bastante movimentada, sendo que, não se assinalam acidentes rodoviários (ou outros) com a presença dos agentes - *"(...) aqui há vinte anos atrás havia sempre doze, treze, catorze acidentes, toques, braços partidos, pernas partidas, houve aí um miúdo, um moço que ficou cego."* (AU.48)

Como tal, o desempenho do agente da PSP, responsável pelo desenvolvimento do PES na cidade, é apreciado por todos os intervenientes da comunidade educativa.

2. No **meio rural**, o agente da GNR passa esporadicamente por cada escola, isto porque é responsável por um leque de dezoito escolas e, como é óbvio, é impossível deslocar-se a todas no mesmo dia. Como tal, tenta passar pelo menos uma vez por semana em cada escola, contudo, se surgir alguma situação grave/complicada, os professores têm o seu contacto e chamam-no à escola.

Por outro lado, o agente da GNR, já tem realizado algumas sessões de sensibilização para os alunos, principalmente no âmbito da área de Estudo do Meio – protecção da natureza, os malefícios do álcool e do tabaco.

O agente da GNR destacado para o Programa "Escola Segura", desenvolve este projecto há cerca de um ano, pelo que pouco tem a acrescentar sobre os resultados do Programa.

Os docentes que se encontram a leccionar numa escola de meio rural, demonstram necessidade e interesse pelo Programa "Escola Segura", realçando aspectos como a formação, o estabelecimento de parcerias e a sua presença no quotidiano, que gostariam de ver equacionados - *"Talvez fosse importante uma formação aos professores, antes de tratarem com os alunos."* (PR1.22)

Tendo em conta estas duas realidades, os professores entrevistados referem que na cidade se cria/estabelece uma relação mais íntima com o agente do PES, uma vez que a sua presença é mais assídua/diária. Pelo que, os alunos que frequentam uma escola de meio rural, também reforçam esta situação, manifestando interesse por uma maior participação e sensibilização do agente do PES na sua escola:



*"Se eu fosse guarda da Escola Segura eu ia às escolas uma vez por semana e fazia jogos com os meninos." (ALR26.4);*

*"Se eu fosse guarda da escola segura em primeiro lugar passava mais dias na vigilância das escolas." (ALR30.4);*

*"Se fosse guarda da escola segura passava todos os dias nas escolas da minha zona de trabalho." (ALR31.2).*

Actualmente, é "exigida" e sentida como imprescindível a presença física do agente, mas os professores sentem necessidade de acções de formação/sensibilização que envolvam os diferentes intervenientes da comunidade educativa, de forma a que, talvez num futuro próximo, adquiram competências que lhes permitam zelar pela segurança e bem-estar de cada um em particular, bem como da comunidade em geral. Deste modo, o agente deixaria de estar presente apenas quando surge fisicamente no quotidiano educativo, começando a figurar pelo resultado das suas acções, pela responsabilidade que implica na construção de competências dos professores, dos alunos, pais e encarregados de educação e auxiliares de acção educativa. Para tal, e na opinião de alguns professores, o agente deveria começar por estabelecer parcerias com a própria comunidade educativa e dentro da sala de aula, articulando-se com o professor na preparação, exposição e dinamização de alguns temas, de forma a que o agente não fosse chamado à escola apenas quando surgissem situações problemáticas para resolver.

Os alunos, sobre os quais incide este estudo, consideram os agentes: amigos, brincalhões, espectaculares, carinhosos, simpáticos e divertidos. Para eles são pessoas que já fazem parte das suas vidas, pela importância que têm, "(...) são como se fossem os pais das crianças." (ALU5.4).

Como tal, tanto os professores como os alunos, que constituem a população-alvo deste estudo, apesar de contactarem de forma distinta com os agentes do PES, apreciam e valorizam o papel que estes desempenham, no cumprimento do mesmo. Podendo-se, então concluir que existe uniformidade de opinião entre estes actores, professores e alunos, relativamente ao desempenho do agente do PES.

Todavia, estes dois agentes do PES têm-se confrontado com algumas dificuldades, ao nível dos recursos humanos e dos recursos materiais. O agente da GNR vai a dezoito escolas e directamente não tem nenhum colega que o acompanhe - "(...) eu faço dezoito e já me chegam, tomara eu ter tempo para estas!" (AR.14) O agente da PSP faz referência aos recursos materiais, que são um pouco rudimentares, mas encontram-se em processo de renovação. No entanto, apesar das dificuldades, têm, sempre que possível, trabalhado em parceria com os professores, articulando os conteúdos do Programa do 1.º Ciclo do Ensino Básico, com o próprio Programa da "Escola Segura", nomeadamente na área de Estudo do Meio, com a abordagem e exploração das temáticas: segurança, prevenção rodoviária, protecção da floresta e do meio ambiente, profissões e consumo de drogas e de álcool.

Ambos os agentes do PES reconhecem que é fundamental, aquando das sessões de sensibilização nas escolas, adequar o seu discurso, a linguagem, bem como os conceitos aos diferentes níveis etários das crianças - "(...) imagine (...) com uma criança de três anos a linguagem que temos que adoptar." (AU.26)

Realçam, também, o reconhecimento e a boa relação existente, com todos os intervenientes da comunidade educativa, salientando que é essencial, fomentar e alimentar estas relações, as quais são muito boas/positivas - "(...) *tem que haver colaboração polícia, professoras e pais (...), encarregados de educação. Quando isso se conjuga é um espectáculo...*" (AU.47)

### 3. Considerações Finais

Actualmente, para além do professor, existe um outro elemento que desempenha um papel fundamental nas nossas escolas, no sentido em que contribui e ajuda a criar um bom ambiente educativo – o agente do Programa “Escola Segura”.

Inicialmente o PES era uma Programa de vigilância policial, excluindo qualquer dimensão pedagógica. Hoje evoluiu para um Programa de educação cívica e comunitária. Como tal, nos dias de hoje o **agente** é visto como um **amigo** e não como um elemento para castigar e punir. De ressaltar que a segurança é propulsora do sucesso educativo, uma vez que, se houver um clima de segurança na escola é criado todo um ambiente facilitador das aprendizagens dos alunos, por conseguinte, contribui-se para o sucesso educativo dos mesmos. Tal como afirma o Coronel Jorge Parracho (cit. por BARROS, 2001: 39), a Escola Segura, procura intervir a nível social, cultural e lúdico, nomeadamente, com o propósito de criar um ambiente na escola que favoreça a aprendizagem.

De acordo com a opinião dos dois agentes do PES, o projecto que desenvolvem é muito aliciante, mas não é suficiente gostar-se de crianças e de ter sensibilidade, para estar com as mesmas, é fulcral que haja colaboração entre o agente, professores, pais, encarregados de educação e auxiliares.

Os agentes destacados para as escolas actuam como "(...) *mediadores de conflitos e veículos de transmissão de regras, tendo sempre o cuidado de explicar a razão de ser dessas mesmas regras. Mas também que sejam capazes de transmitir afectos e de personalizar o contacto com os alunos, fazendo por conhecer o seu nome e um pouco da sua história familiar.*" (BARROS, 2001: 39)

Importa, ainda, sublinhar a importância de estruturar redes locais, com o intuito de apoiar a intervenção articulada dos agentes educativos, juntamente com as escolas e com uma boa gestão integrada de recursos, para se atingir o mesmo fim, o sucesso educativo.

Os resultados obtidos permitem constatar que o Programa “Escola Segura” se desenvolve de formas distintas, de acordo com o meio em que os estabelecimentos de ensino estão inseridos (rural ou urbano), apesar de assentar na mesma filosofia. Sendo que parte desta situação transcende, de alguma forma, os próprios agentes destacados para o Programa em estudo.

### Bibliografia referenciada

Bardin, L. (1977). *L'analyse de contenu*. Paris: PUF.

Barros, E. (2001). “Programa Escola Segura”, in *Noesis* 60, p. 39.

Despacho Conjunto n.º105-A/2005, de 19 de Janeiro.

- Estrela, A. (1990). *Teoria e Prática de Observação de Classes - Uma estratégia de Formação de Professores*. Lisboa: INIC.
- Sanguinho, Ana (2007). *Programa "Escola Segura". Contributo para a Avaliação dos Impactos do Programa "Escola Segura" no Concelho de Portalegre*. Dissertação de mestrado em Educação – variante Administração Escolar não publicada. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.
- Sebastião, J. et al. (2004). *Escola e Violência. Conceitos, políticas, quotidianos. Relatório de pesquisa*. CIES.
- Silva, A. (2000). "Escolas Seguras, uma responsabilidade de todos", in *Noesis* 54, pp. 44-47